

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP.**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 90.008/2026

Processo Administrativo nº 15414.651194/2025-88

**IBROWSE CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.877.566/0001-21, com sede na Rua Antônio Carlos Berta, nº 475, sala 1809, bairro Jardim Europa, CEP 91.340-040, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, vem, por meio de seu representante legal devidamente constituído, com o devido respeito, perante Vossa Senhoria, apresentar formalmente a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** do Pregão Eletrônico nº **90.008/2026**, promovido pelo SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, com fundamento no artigo 164 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e nas razões de fato e de direito que passa a expor de forma pormenorizada.

**I. DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO DESTA IMPUGNAÇÃO**

A presente impugnação é protocolada de forma tempestiva, em estrita observância ao prazo legalmente estabelecido.

O artigo 164 da Lei nº 14.133/2021 e o item 12.1 do Edital, que regem o presente certame, conferem legitimidade a qualquer pessoa para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação da referida lei, determinando que o pedido seja protocolado até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

A abertura da sessão pública para o recebimento das propostas está agendada para o dia **27 de abril de 2026**. Considerando que o protocolo deste documento ocorre na presente data, verifica-se, de maneira inequívoca, o pleno cumprimento do prazo legal, o que impõe o seu conhecimento.

O cabimento desta impugnação justifica-se pela necessidade de adequação das exigências editalícias e das especificações dos serviços a serem contratados às disposições legais que regem as licitações públicas e a legislação trabalhista, garantindo a ampla concorrência, a legalidade, a proporcionalidade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## II. DO CONTEXTO FÁTICO E DAS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS IMPUGNADAS

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP publicou o edital do Pregão Eletrônico nº **90.008/2026** que tem o seguinte objeto:

*“Contratação de serviços técnicos especializados de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para a Susep – Superintendência de Seguros Privados, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.”*

A contratação visa atender às demandas de tecnologia da informação da Susep, sob demanda caracterizado como serviço comum, de forma contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra, pelo critério de julgamento menor preço por grupo.

Pretendendo viabilizar a contratação e a execução contratual o edital prevê, em apertada síntese, os seguintes pontos no **Termo de Referência** que motivam a presente impugnação:

- a) Definição da contratação como serviços SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (conforme parágrafo único do art. 2º da Portaria SGD/MGI nº 1.070/23), exigindo em contrapartida na proposta apresentação de Planilha de Custo e Formação de Preços (itens 3.4.4.4; 4.79.4 e **6.5.1**) em desconformidade com recentes entendimentos do TCU;
- b) Fixação de valor mínimo de remuneração, nos termos da Portaria SGD/MGI nº 1.070/23, como critério de aferição de exequibilidade e consequentemente sujeitando a licitante à desclassificação de sua proposta (itens 3.4.4.4; 4.79.1; 4.79.3; 4.79.5; 4.79.6, 4.79.8; 4.79.9 e 4.81), em desconformidade com recentes entendimentos do TCU;
- c) Previsão de aferição exequibilidade no caso de apresentação de percentual inferior a 70% (setenta por cento) do preço estimado na licitação em desconformidade com a Portaria SGD/MGI nº 1.070/23, quer prevê tão somente percentual inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração (itens 4.79 e 4.79.2);

- d) Exigência de alocação de equipe mínima, em desconformidade com a Portaria SGD/MGI nº 1.070/23, atualizada, e entendimento do TCU (itens 3.4.4.4. e 3.4.4.5.)

Conforme será demonstrado a seguir, tais exigências são manifestamente indevidas e ilegais, restringindo indevidamente a competitividade, contradizendo as metodologias ágeis exigidas para a execução contratual ao tempo em que se mostram redundantes diante dos robustos mecanismos legais e de controle, apontados inclusive pelo egrégio Tribunal de Contas da União.

### III. DOS FUNDAMENTOS TÉCNICOS E JURÍDICOS DA IMPUGNAÇÃO

#### III.1. Dos serviços SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA com exigência de apresentação de Planilha de Custo e Formação de Preços (itens 3.4.4.4; 4.79.4 e 6.5.1 do TR).

A primeira e mais evidente ilegalidade reside na exigência de apresentação de Planilha de Custos e Formação de Preços – PCFP detalhada face à previsão de serviços SEM Dedicção Exclusiva de Mão de obra – DEMO.

Os contornos do Edital definem o serviço “SEM DEMO”, nos termos da adotada Portaria SGD/MGI nº 1.070/23, que estabelece em seu art. 2º:

*Art. 2º A contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação deverá ser realizada por meio de modelo de pagamento fixo mensal, vinculada ao atendimento de níveis mínimos de serviços previamente estabelecidos, cujo valor estimado baseia-se nas quantidades e perfis profissionais mínimos previstos em ordens de serviços. (Alterado pela Portaria SGD/MGI nº 6.680, de 04 de outubro de 2024) (Alterado pela Portaria SGD/MGI nº 6.055, de 26 de agosto de 2025)*

**Parágrafo único. O modelo não se configura como de dedicação exclusiva de mão de obra, contratação por homem/hora e tampouco por postos de trabalho. (d.n.)**

A própria Administração confirma essa premissa nas respostas aos pedidos de esclarecimento, veja:

20) Em caso de homologação da Convenção Coletiva de Trabalho – CCT da categoria, durante a execução do contrato, a licitante vencedora terá direito à Repactuação Contratual antes de 12 meses, conforme variação da nova CCT?

**Resposta: Uma vez que o modelo de contratação não se refere à cessão de mão de obra em dedicação exclusiva**, as variações de convenção coletiva não gerarão direito à repactuação, porém a Contratada terá direito ao reajuste conforme estabelecido no Termo de Referência. (d.n.)

Afigura-se manifestamente incongruente a exigência de Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP) em contratações delineadas como serviços Sem Dedicação Exclusiva de Mão de Obra (SEM DEMO). Tal cumulação normativa enseja evidente insegurança e tumulto procedimental, especialmente na gestão de encargos e benefícios trabalhistas.

O cenário é agravado diante de eventuais pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro que demandariam o cotejo indevido entre a remuneração referencial fixada em Portaria e as verbas estabelecidas em Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), a exemplo de auxílio-alimentação e vale-transporte, acrescidas da carga tributária.

Ademais, cria-se uma antinomia quanto à atualização dos valores, contrapondo a aplicação direta do índice de reajuste (ICTI) à sistemática de repactuação fundamentada em análise analítica de custos.

Sobre essa exata controvérsia, o Tribunal de Contas da União (TCU) já firmou entendimento consolidado. Ao julgar representação envolvendo certame para serviços de Tecnologia da Informação (TIC) sem dedicação exclusiva, a Corte de Contas rechaçou a obrigatoriedade de apresentação de planilha de custos moldada sob a ótica dos típicos de vínculos celetistas.

Nos autos do Acórdão nº 535/2026 do Plenário (julgado em 11/03/2026), o Ministro Relator Jorge Oliveira pontuou com precisão que *“o Estudo Técnico Preliminar da contratação qualifica o objeto como contratação de **serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra**, o que, portanto, **não obriga a futura contratada à adoção de determinado tipo de vinculação com os seus profissionais alocados**”*.

A Corte compreendeu pela patente ilegalidade de cláusulas editalícias que imponham o preenchimento de planilhas pautadas na formatação celetista, exigindo o detalhamento pormenorizado de pisos salariais por perfil, encargos sociais, 13º salário, férias e demais provisões inerentes ao regime da CLT.

O eminente Relator asseverou, ainda, que requisições dessa estirpe são compatíveis exclusivamente com **“contratações em que haja efetiva dedicação exclusiva de mão de obra, situação em que a Administração assume responsabilidade trabalhista mais intensa e justifica, por consequência, um grau maior de ingerência nos meios de produção do contratado”**, veja:

Acórdão nº 535/2026-TCU-Plenário

Nas contratações de **serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, é irregular a exigência de preenchimento da planilha de custos com observância de parâmetros típicos de vínculos celetistas**, como salários-mínimos por perfil, encargos trabalhistas e provisões, pois tal exigência compromete a competitividade do certame e a autonomia empresarial das licitantes.

(...)

**9.3.2. a exigência de preenchimento obrigatório da planilha de custos prevista no Anexo IX do Termo de Referência e de observância de parâmetros típicos de vínculos celetistas - como salários mínimos por perfil, encargos trabalhistas e provisões - não se coaduna com as contratações de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra e constitui afronta à competitividade do certame e à autonomia empresarial das licitantes; (d.n.)**

A Portaria SGD/MGI nº 1.070/23, em sua versão atualizada pela Portaria SGD/MGI nº 6.055/25, **revogou** o “item 14.1.1.” que dispunha sobre a exigência de cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, corroborando com entendimento no sentido inverso das malfadadas previsões editalícias de exigência de PCFP detalhada, uma vez que não há exigência de DEMO.

Nesse sentido, as exigências ora impugnadas violam frontalmente não apenas o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, mas o próprio mandamento do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

Ao fixar premissas impertinentes e irrelevantes para a consecução do objeto, a Administração restringe indevidamente o universo de competidores. Ademais, onera as

licitantes com obrigações que inviabilizam a futura manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da avença, **razão pela qual a extirpação dessas regras do edital é medida de rigor.**

**III.2. FIXAÇÃO DE VALOR MÍNIMO DE REMUNERAÇÃO COMO CRITÉRIO DE AFERIÇÃO DE EXEQUIBILIDADE** (itens 3.4.4.4; 4.79.1; 4.79.3; 4.79.5; 4.79.6, 4.79.8; 4.79.9 e 4.81 do TR).

O edital prevê valor mínimo de remuneração, nos termos da Portaria SGD/MGI nº 1.070/23, como regra para aferição de exequibilidade da proposta.

As respostas aos pedidos de esclarecimento reforçam tais disposições:

*29) As empresas que apresentarem valores de salários inferiores aos do edital serão desclassificadas. Está correto nosso entendimento?*

**Resposta:** A apresentação de salários inferiores aos valores referenciais não enseja desclassificação automática.

*Entretanto, nos termos da Portaria SGD/MGI no 6.055/2025, os valores de remuneração constantes do Mapa de Pesquisa Salarial devem ser utilizados como parâmetros de referência para a definição do preço de referência da licitação e para a definição do patamar mínimo de presunção relativa de inexecuibilidade.*

*Assim, eventual adoção de valores inferiores aos referenciais acarreta a presunção relativa de inexecuibilidade, cabendo à licitante promover os ajustes necessários em sua Planilha de Custos, **sob pena de desclassificação da proposta.** nos termos do Edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável. (g.n.)*

Na oportunidade do referido Acórdão nº 535/2026-Plenário, o TCU entendeu também que ao estabelecer remunerações mínimas, o Relator enfatizou que a irregularidade não residiu na utilização de referências de mercado como subsídio técnico, mas na **“conversão desses valores em pisos mínimos absolutos, com efeitos desclassificatórios na licitação”**, o que compromete os princípios da competitividade e da economicidade.

Acórdão nº 535/2026-TCU-Plenário

(...)



9.3.1. **a inclusão**, nos subitens 9.13 a 9.15 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico 90004/2025, **de exigência de observância obrigatória das remunerações constantes do Anexo II da Portaria SGD/MGI 750/2023** (atualizada pela Portaria SGD/MGI 6.040/2025) **como base mínima aceitável para fins de exequibilidade das propostas**, convertendo parâmetro referencial de mercado em piso salarial obrigatório apto a ensejar desclassificação, **afronta os princípios da competitividade e da economicidade**; (d.n.)

Ainda, veja que a Portaria SGD/MGI nº 1.070/23, assim como a Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, vedam previsão editalícia de fixação de remuneração dos funcionários da contratada:

**Portaria SGD/MGI nº 1.070/23**

10.7.2.7. Considerando que **não se trata de alocação de posto de trabalho, admite-se o compartilhamento simultâneo de perfis profissionais entre contratos**, desde que não haja prejuízo ao cumprimento dos níveis mínimos de serviços.  
(...)

10.7.3.5. Ressalta-se que **a estimativa de remuneração dos profissionais serve apenas como insumo para obtenção do preço de referência da contratação** e não vincula a execução contratual, porquanto a Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, **veda que seja prevista em edital a remuneração dos funcionários do contratado**.  
(...)

10.8.7. O quantitativo, os perfis e **a pesquisa salarial dos profissionais destinam-se à realização da estimativa de preços e à definição do valor de referência da contratação e serão utilizados, exclusivamente, na fase de planejamento da contratação** e para apoio ao processo de avaliação de vantajosidade no momento da eventual prorrogação contratual. (Alterado pela Portaria SGD/MGI nº 6.680, de 04 de outubro de 2024) (Alterado pela Portaria SGD/MGI nº 6.055, de 26 de agosto de 2025) (d.n.)

Desse modo, sendo facultado à licitante adotar o regime jurídico que melhor lhe aprouver na relação com sua equipe técnica, inclusive contratação por “PJ”, é vedado ao instrumento convocatório impor formatos de contratação ou engessar as estruturas remuneratórias.

Em estrito respeito à autonomia privada, requer a exclusão de qualquer dispositivo editalício que vincule a formulação de preços a pisos salariais ou parâmetros remuneratórios alheios à realidade estrutural e legal da contratada.

**III.3. PREVISÃO DE AFERIÇÃO EXEQUIBILIDADE NO CASO DE APRESENTAÇÃO DE PERCENTUAL INFERIOR A 70% (SETENTA POR CENTO) DO PREÇO ESTIMADO NA LICITAÇÃO EM DESCONFORMIDADE COM A PORTARIA SGD/MGI Nº 1.070/23 (ITENS 4.79 E 4.79.2 DO TR).**

Na mesma linha de raciocínio do ponto anterior levantado nesta peça, verifica-se que o Edital previu como critério de aferição de exequibilidade **percentual inferior a 70% (setenta por cento) do preço estimado na licitação.**

Ao revés, a Portaria SGD/MGI nº 1.070/23 estabeleceu obrigatoriamente como critério de aferição de exequibilidade de preço, o percentual previsto no art. 34 da IN Seges/ME nº 73/2022:

**Portaria SGD/MGI nº 1.070/23**

12.6.3. São exemplos de critérios de presunção relativa de inexecutabilidade:

- a) Valor global da proposta inferior ao patamar de preço definido;
- b) Ausência ou valores irrisórios nos elementos de custos relacionados à cobertura tributária.

**12.6.4. A definição do patamar de preço abaixo do qual há presunção relativa de inexecutabilidade deve ser documentada e utilizados critérios objetivos, observando o limite constante do art. 34 da Instrução Normativa Seges/ME nº 73, de 2022. (Alterado pela Portaria SGD/MGI nº 6.680, de 04 de outubro de 2024) (d.n.)**

**IN Seges/ME nº 73/2022:**

Art. 34. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores **inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. (g.n.)**

Assim, como o próprio Edital prevê obediência às disposições constantes da Portaria SGD/MGI nº 1.070/23, faz-se mister o ajuste do Edital neste ponto para constar como **referência de patamar de preço para aferição de exequibilidade os valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**



**III.4. EXIGÊNCIA DE ALOCAÇÃO DE EQUIPE MÍNIMA, EM DESCONFORMIDADE COM A PORTARIA SGD/MGI Nº 1.070/23, ATUALIZADA, E ENTENDIMENTO DO TCU (itens 3.4.4.4. e 3.4.4.5. do TR).**

Nos termos dos referenciados itens do edital, conta exigência de equipe técnica mínima a ser cumprida pela licitante, visando a execução do objeto.

Mais especificamente, o anexo 01 – Perfis Profissionais estabelece 6 perfis, com quantidade mínima por perfil. Todavia, no anexo 02 – Equipe básica, apresenta 8 perfis, também com quantidade mínima, onde se observa de plano inconsistência de mínimo entre um documento e outro, por exemplo no caso do TECSUP-03-DF (Técnico de suporte ao usuário de tecnologia da informação Sênior), que no anexo 01 tem previsão de mínimo de 04 (quatro) profissionais enquanto no anexo 01, consta apenas 01 (um) profissional.

Resta claro, como prevê o Edital, que a quantidade de profissionais a serem alocados interfere na formulação das propostas, sendo inclusive objeto de desclassificação e glosas, devendo haver adequação entre os documentos:

**TERMO DE REFERÊNCIA:**

3.13.2 A Contratada **deverá** alocar técnicos cujo perfil se enquadre naqueles enumerados no Anexo 01 – Perfis Profissionais.

3.13.3 A Contratada **deverá** demonstrar à Susep a conformidade dos profissionais a formarem a equipe técnica, confrontando a documentação de cada profissional às disposições do Anexo 01 – Perfis Profissionais.

**3.13.4.3. Comprovação de vínculo com a Contratada através da apresentação de Contrato de Trabalho;**

3.13.13 Ao longo da contratação, a Contratada **deverá** manter alocada no serviço equipe que atenda ou supere os quantitativos e perfis definidos no Anexo 02 – Equipe Básica.

**3.13.13.1. A alocação de equipe inferior à básica configura violação de nível mínimo de serviço e inexecução contratual, sujeitando a Contratada às glosas e sanções previstas neste instrumento. (d.n.)**

Cabe destacar, conforme exposto nesta peça, que o objeto não impõe DEMO.

Dessa forma, o item 3.13.4.3. exacerba os limites editalícios ao ingerir na administração da contratada, impondo forma de relação desta com seus colaboradores, o

que, como reiterado, foi rechaçado pelo TCU, devendo por isso ser retirado ou alterado no edital.

Ainda, verifica flagrante inconsistência das previsões mínimas dos perfis TECSUP-03-DF; TECSUP-03-RJ; ASEG-02 e ASO-03, exigência de mais de 01 (um) profissional mínimo, em flagrante desconformidade com o item 14.1, “c” da Portaria SGD/MGI nº 1.070/23, atualizada pela Portaria SGD/MGI nº 6.055, de 26 de agosto de 2025:

c) O contratado possui gestão sobre a equipe alocada no contrato, podendo realizar alterações na quantidade dos profissionais envolvidos na prestação do serviço, **desde que alocue ao menos 1 (um) profissional para cada perfil profissional previsto na Ordem de Serviço**, respeitando a senioridade e qualificação profissional mínima requerida na Ordem de Serviço. **(Alterado pela Portaria SGD/MGI nº 6.680, de 04 de outubro de 2024)** (Alterado pela Portaria SGD/MGI nº 6.055, de 26 de agosto de 2025) (d.n.)

Observa-se que a redação utilizada no item 3.4.4.4. do Termo de Referência seguiu a redação antiga da referida Portaria SGD/MGI nº 1.070/23, a qual previa a seguinte redação: “...desde que alocue a quantidade mínima de profissionais prevista na respectiva ordem de serviço”.

Situação reforçada pelos esclarecimentos feitos pela Administração:

30) As empresas que apresentarem quantidade de profissionais inferiores aos do edital serão desclassificadas. Está correto nosso entendimento?

**Resposta:** Entendimento correto.

31) Caso as empresas licitantes possam propor quantitativo de profissionais e/ou salários inferiores aos especificados no Edital e Termo de Referência desta licitação, qual será o critério de exequibilidade que será adotado para fins de julgamento das propostas? Quais documentos serão solicitados?

**Resposta:** Os quantitativos definidos no Termo de Referência representam parâmetros de referência para o dimensionamento dos serviços, utilizados para orientar a estimativa da contratação e a definição dos níveis mínimos de serviço.

Nos termos da Portaria SGD/MGI nº 6.055/2025, a gestão da equipe é de responsabilidade da contratada, devendo ser assegurada, no mínimo, a

alocação de profissionais compatíveis com os perfis e mantida a alocação mínima de 1 (um) profissional por perfil profissional exigido na Ordem de Serviço, observada a senioridade e a qualificação mínimas requeridas.

Dessa forma, a eventual apresentação de quantitativos inferiores aos indicados acarreta a presunção relativa de inexecutabilidade, cabendo à licitante promover os ajustes necessários em sua Planilha de Custos, sob pena de desclassificação da proposta. nos termos do Edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável.

Não bastassem tais inconsistências no Edital, reforça-se o pedido de impugnação ao referido item consoante o entendimento do TCU (Rel. Min. Weder de Oliveira) ao constatar a ilegalidade na fixação no edital de **composição mínima da equipe técnica responsável pela execução do contrato**, especialmente quanto ao quantitativo de profissionais:

Acórdão nº 469/2026 - Plenário

Diante do exposto, o Plenário do TCU determinou que:

9.3.2. a **exigência, por meio dos itens 5.16 e 5.20 do termo de referência, de composição da equipe mínima, bem como de sua titulação, está em desacordo o art. 9º, inciso I, alínea “a”, da Lei 14.133/2021, o item 2.1, “a”, do Anexo II B da IN Seges/MP 5/2017, bem como a jurisprudência do TCU, a exemplo do Acórdão 432/2020-TCU-1ª Câmara; (d.n.)**

Dessa forma, mais essa exigência ilegal deve ser retirada do edital visando a regular execução do objeto contratual sem afronta aos princípios da legalidade, razoabilidade, economicidade e competitividade.

#### **IV. DOS PEDIDOS**

Diante de todos os fundamentos técnicos e jurídicos amplamente expostos, e com o objetivo de assegurar a legalidade, a isonomia e a competitividade do certame, bem como de garantir a seleção da proposta efetivamente mais vantajosa para a Administração Pública, em estrita conformidade com os ditames da Lei nº 14.133/2021, a empresa Impugnante requer:

a) O **conhecimento e o recebimento** da presente Impugnação atribuindo-se o necessário **efeito suspensivo**, por ser tempestiva e cabível, para que produza todos os seus efeitos legais;

b) No mérito, o **acolhimento integral** das razões aqui apresentadas para determinar a **retificação** do Edital do Pregão Eletrônico nº **90.008/2026** e de seu Anexo I (Termo de Referência), especificamente no que tange aos itens mencionados nesta peça, para que:

1. Seja excluída a exigência de apresentação de Planilha de Custo e Formação de Preços na proposta;
2. Seja excluída a exigência de fixação de valor mínimo de remuneração, nos termos da Portaria SGD/MGI nº 1.070/23, como critério de aferição de exequibilidade, bem como de remuneração;
3. Seja ajustada a previsão de aferição exequibilidade para o caso de apresentação de percentual inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;
4. Seja excluída a exigência de alocação de equipe mínima, em desconformidade com a Portaria SGD/MGI nº 1.070/23, atualizada, e entendimento do TCU.

A retificação ou a extirpação das cláusulas impugnadas consubstancia providência inafastável para conformar o certame aos ditames constitucionais e legais, precipuamente ao princípio da ampla competitividade. Tal esmerada adequação não apenas afasta qualquer mácula de direcionamento, como também otimiza substancialmente a probabilidade de a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) perfectibilizar a contratação mais profícua, eficiente e vantajosa ao interesse público.

Nesses termos, pede deferimento.

Porto Alegre, quarta-feira, 22 de abril de 2026.

**Thiago Testoni Neiva Moreira**  
**OAB/MG 120.566**